



REFLEXÕES SOBRE O PENSAMENTO SOCIAL E EDUCACIONAL NO BRASIL E SUAS MATRIZES AUTORITÁRIAS

Lincoln de Araújo Santos¹

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ
Faculdade de Educação

Resumo

O presente artigo propõe uma discussão sobre as matrizes do pensamento social e autoritário e suas características marcantes na educação brasileira, identificando cronologicamente o início da República, acentuando-se o regime estabelecido a partir de 1930. O estudo das ideias sociais e de seus intelectuais, as influências ideológicas e doutrinárias que darão base aos fundamentos do pensamento autoritário social e educacional no Brasil. O regime político a partir de 1930, o Estado Novo e o projeto educacional do governo de Getúlio Vargas e seus princípios da ordem, da moral, da política e o desejo de unidade nacional. A conjunção de um elenco de intelectuais que formularam um ideal nacional a partir da função política do Estado como o condutor da modernização do país e na atuação pedagógica desta instituição. A caracterização de intelectuais que estiveram a serviço do Estado Novo e de sua ideologia, elaborando o seu projeto e tendo a educação como estratégia de propaganda. O pensamento social de Oliveira Vianna, Francisco Campos, Gustavo Capanema e as justificativas para a governabilidade e presença do regime varguista no país. O principal objetivo deste artigo é o de analisar o pensamento autoritário brasileiro e sua presença na educação brasileira.

Palavras-chave: República Brasileira, Autoritarismo, Intelectuais, Educação.

REFLECTIONS ON THE SOCIAL AND EDUCATIONAL THOUGHT IN BRAZIL AND ITS AUTHORITARIAN MATRICES

Abstract

This article proposes a discussion about the matrices of the social and authoritarian thought and its defining characteristics in Brazilian education, identifying chronologically the beginning of the Republic, emphasizing the regime that was established in 1930. The study of social ideas and their authors, the ideological and doctrinal influences that will be the basis for the

¹ Mestre em Educação Brasileira (2003) pela Universidade Federal Fluminense, Especialista em Planejamento e Administração Educacional - UERJ, Especialista em Educação a Distância pela Universidade de Havana – Cuba e Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana – UERJ. Professor Contratado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - FEBF, nas disciplinas: Políticas Públicas em Educação, Movimentos Populares em Educação, Avaliação Institucional (2008-...). Consultor/analista acadêmico da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC. lincolnsantos@ig.com.br

authoritarian, social and educational thought in Brazil. The political regime that started in 1930, the New State and the educational project of Getulio Vargas's government including its principles of order, morality, politics and the desire of national unity. It also discusses the gather of a group of intellectuals who formulated a national ideal starting from the political functions of the State as a guide for the modernization of the country and the pedagogical actions of this institution; and the characterization of intellectuals who were at service for the New State and its ideology, elaborating its Project and using the education as a strategy of advertising. The social thought of Oliveira Vianna, Francisco Campos, Gustavo Capanema and the arguments for the governability and the presence of Vargas's government in the country. The main objective of this article is to analyze the authoritarian thought.

Key words: Brazilian Republic, Authoritarianism , Intellectuals, Education.

REFLEXÕES SOBRE O PENSAMENTO SOCIAL E EDUCACIONAL NO BRASIL E SUAS MATRIZES AUTORITÁRIAS

A função do intelectual e o pensamento social e educacional brasileiro vêm apresentando nuances no transcorrer dos tempos históricos. Identificamos a República como marco inicial desta discussão, no papel destes atores no ensejo de 1930, num regime que convocou toda uma *intelligentsia*, e esta, consagrada como a *consciência iluminada do nacional*, agregou-se ao Estado, onde... "Os intelectuais corporificam no Estado a ideia de ordem, organização e unidade". (VELLOSO, 2007, p. 147).

Os apontamentos de Maria Alice Resende de Carvalho (2002) sobre a função de uma *intelligentsia* periférica dos países que se retardaram em seus processos de modernização destacam a preocupação da intelectualidade nativa com a questão nacional. No caso brasileiro, esta elite intelectual buscava construir os nexos da sociedade, o interesse em organizar o fragmentado, dando sentido aos tempos da origem societária, bem como na idealização de um projeto civilizatório.²

Com o Estado Novo, o esforço de um conjunto de intelectuais foi o de promover o ideário do nacionalismo articulado e concentrado a partir do poder central, na propaganda, promoção e legitimação do projeto varguista. Na década de 1920, distribuíram-se esferas ideológicas na política, nos ensaios formadores de concepções sobre a questão nacional brasileira e em projetos civilizatórios antagônicos. Se em Capistrano de Abreu, Gilberto Freyre, Euclides da Cunha, Sergio Buarque de Holanda buscaram perceber a questão nacional pela sociedade real, Alberto Torres, Oliveira Vianna, Francisco Campos e Azevedo Amaral defenderam uma utopia civilizatória conduzida sob a responsabilidade do Estado, este, o modelo de conduta do *público*

² Casa Grande & Senzala e o Pensamento Social Brasileiro (2002). IUPERJ/UCAM.

sobrepondo-se, como interesse nacional, aos valores do *privado*. Em 1930, prevaleceram os intelectuais que formularam o pensamento autoritário e a implantação deste no transcorrer do regime de Vargas.

Estes *intelectuais orgânicos*, comprometidos com o projeto varguista, elaboraram, formataram a ideologia republicana autoritária, e que tiveram origem em pensadores que vivenciaram os anos de 1920 e 1930, no início da ordem republicana. Oliveira Vianna, Francisco Campos e Azevedo Amaral estiveram na mesma esfera política, mesmo buscando cada um as suas filiações teóricas, houve uma coerência principalmente no papel e atuação do Estado autoritário. Alberto Torres os uniu e o projeto do Estado Novo também.

Se Oliveira Vianna sofreu influências de Durkheim e manteve concepções racistas diante de uma leitura sobre a formação do povo brasileiro, Francisco Campos foi um germanista onde o seu pensamento influenciou de forma determinada o ordenamento jurídico do período varguista. Azevedo Amaral aproximou-se de John Locke, na democracia modelada para o Estado Novo, numa crítica ao liberalismo que, segundo ele, desordenava a sociedade.³

Parte da intelectualidade brasileira, considerando a sua forte influência das matrizes do pensamento social europeu e americano, realizou leituras e interpretações sobre o Brasil a partir dos referenciais constituídos em suas próprias formações culturais nestes países de origem. O esforço em ler o Brasil propondo projetos civilizatórios como a alternativa para os impasses da formação social do povo, de sua estrutura política, propiciou categorias interpretativas que justificavam a utopia nacional pelo viés autoritário, surgindo então no país a convergência entre as matrizes intelectuais do campo liberal com a roupagem autoritária.

O liberalismo brasileiro, em sua origem, encontrou-se na armadilha do controle às iniciativas individuais desprezando o protagonismo cidadão como possível alavanca para o mundo social e político, protegendo a propriedade privada, doutrina fundamental liberal, mas também a sua concentração nas mãos de alguns poucos, excluindo a sociedade do acesso à produção no campo.

Por outro lado, a importação do ideário autoritário europeu adaptou-se naturalmente aos projetos civilizatórios propostos por uma *intelligentsia* comprometida com o progresso a partir do Estado, e este sendo o educador das sociabilidades e condutor do desenvolvimento nacional, retrato preciso em toda a história republicana. O debate entre vertentes opostas na natureza da leitura sobre o Brasil, mas próximas do viés autoritário, apresentou entre Oliveira Vianna e Tavares Bastos, na análise de W. Vianna, caminhos para o encontro com o desenvolvimento nacional.

O clássico debate entre as raízes da composição política da sociedade brasileira propôs, entre iberistas e americanistas, o projeto

³ Principais obras e seus autores: VIANNA, Oliveira. (2000). **Populações Meridionais do Brasil. In: Intérpretes do Brasil**; TORRES, Alberto. (1982). **A Organização Nacional**; CAMPOS, Francisco. (2001). **O Estado Nacional**; AMARAL, Antonio Azevedo. (1938). **O Estado Autoritário e a Realidade Nacional**.

civilizatório titubeante entre o desejo de Tavares Bastos em idealizar o modelo liberal, *tocquevilliano*, via capitalismo agrário e o projeto iberista - territorialista de Oliveira Vianna.

A principal crítica dos americanistas esteve efetivamente no passado colonial, no atraso motivado pela herança que a Ibéria nos deixou. Em meados do século XIX, Tavares Bastos, através de suas obras⁴, discutiu um projeto de país rejeitando a formação histórica da civilização luso-espanhola. A *opção americanista*, segundo W. Vianna baseava-se em várias objeções à cultura política ibérica: à cultura clássica, à escolástica, ao humanismo abstrato, à liderança dos caudilhos e o acesso destes diretamente às massas sociais excluídas do sistema agrário concentrador de terras e aos fundamentos do liberalismo europeu. (W. VIANNA, 1997 p. 161).

O ideário liberal de Tavares Bastos limitava-se à realidade política brasileira, na manutenção e reforma da monarquia, onde *o social cederia lugar ao político – institucional*, atendendo efetivamente aos interesses das elites nacionais. Sendo assim, a ordem liberal pensada por Bastos adaptava-se às bases da formação nacional oriunda do regime monárquico, às reformas propostas ao modelo político que viriam *de cima*.

A centralidade das contradições de Tavares Bastos na defesa de um liberalismo sem o protagonismo cidadão esteve na manutenção do exclusivo agrário onde os elementos fundamentais do pensamento liberal clássico são abandonados: a terra e o mercado de trabalho. Esta contradição aproximou americanistas e iberistas, no respeito ao acordo tácito entre as elites fundiárias, até mesmo na transição Império-República e também no regime varguista, a intocabilidade no exclusivo agrário e nas relações de produção e mão-de-obra (primeiro escrava e depois assalariada).⁵

O americanismo de Tavares Bastos também defenderia a imigração como forma de iniciar no país *transformações moleculares* nos aspectos culturais, morais e de sociabilidade. Com a imigração, viria a liberdade religiosa, o trabalho livre e uma reforma fundiária, o que não traria confronto ao modelo vigente do escravismo brasileiro. Para W. Vianna, o americanismo

Não era concebido como uma ampla reforma sociopolítica, moral e intelectual, menos ainda como um projeto popular. Sustentava a superioridade da população imigrante, na expectativa de que a população nacional se transformasse pelo efeito demonstração por aquela. (W. VIANNA, 1997, p. 165).

⁴ **Carta de Um Solitário** (1862), **A província** (1870), **Reforma Eleitoral e Parlamentar e Constituição da Magistratura** (1873).

⁵ Luiz Werneck Vianna (1997) realizou um estudo pormenorizado identificando estes ideais entre Tavares Bastos e Oliveira Vianna. Mesmo discutindo as diferenças entre americanismo e iberismo, defendeu que ambos têm uma matriz conservadora e autoritária, pois não questionam as estruturas econômicas e sociais que formataram tanto o Império, quanto a República. In: **A Revolução Passiva: Iberismo e Americanismo no Brasil**, p. 165.

A defesa de todo ideário liberal, de um capitalismo onde o indivíduo livre, os pressupostos do livre mercado, elementos constituintes do pensamento de Tavares Bastos, estarão presentes numa síntese da corrente americanista no Brasil. A base para o desenvolvimento do capitalismo no país, segundo Bastos, estaria na lavoura, num modelo de *capitalismo agrário moderno*.

A obra de Oliveira Vianna e o seu impacto dos anos de 1920 fizeram com que outros intérpretes do Brasil, principalmente no transcorrer dos anos de 1930 e 1940, sofressem a influência das suas reflexões sobre o Brasil e buscassem também um permanente debate sobre os temas desenvolvidos. O resultado de *Populações Meridionais do Brasil* vem de um esforço intelectual de seu autor, numa erudição que incluía uma vasta leitura da produção brasileira e de influência do pensamento social francês.

Das influências na literatura, Silvio Romero teve evidente presença no pensamento de Oliveira Vianna, principalmente através de sua mediação, Vianna se aproximou das abordagens de um crivo sociológico-científico e metodológico do francês Le Play (CARVALHO, 2000). Foi a partir de Alberto Torres e Silvio Romero que Oliveira Vianna absorveu posições políticas de caráter nacionalista e a percepção do valor do Estado intervencionista.

A sociologia francesa de Le Play ofereceu a Oliveira Vianna um método de análise do homem nesta integração entre as condições de vida humana e o ambiente na construção de uma tipologia, seja do campo, da cultura envolvida com a pecuária etc. Com Le Play a influência desta sociologia ampliou-se para Tourville, Demollins e Preville. Como exemplo, o estudo sobre o tipo gaúcho demonstrou a preocupação com o rigor científico característico,

O gaúcho é um produto histórico de três fatores principais: o habitat dos pampas, o regime pastoril e as guerras platinas. Estes três fatores, agindo em colaboração, modelam esse tipo social, específico, que é o pastor rio-grandense, cuja psicologia é particularíssima, especialmente no seu aspecto político (OLIVEIRA VIANNA, 2000, p. 926).

As teses desenvolvidas por Oliveira Vianna, ainda sob a influência do pensamento sociológico francês do século XIX, demonstraram a preocupação em se discutir a questão racial na formação do povo brasileiro. A partir das reflexões de Gustave Le Bon, Oliveira Vianna desenvolveu o conceito de *alma da raça* e a sua função na formação do caráter nacional. O estudo dos traços psicológicos na definição de uma hierarquia das raças colocava o homem europeu no ápice da escala, seguindo o asiático, o africano e o australiano – “raça superior diferenciando-se a partir de critérios de inteligência e caráter” (CARVALHO, 2000, p. 904).

Oliveira Vianna procurou resolver uma *equação*: entender a formação do povo brasileiro, descrevendo-o e atribuindo-lhe ainda um projeto civilizatório. A questão racial, então, assumiu posição de destaque na obra, pois foram nas discussões sobre o arianismo e as possibilidades eugênicas de

branqueamento da sociedade brasileira que Vianna se serviu da sociologia de Lapouge, apresentando o caso brasileiro, o tipo ideal do Bandeirante – síntese da bravura com a influência branca-lusitano-européia. Foi o português, o modelo e o exemplo para a consolidação do processo civilizatório brasileiro.

Esses grandes potentados territoriais trazem nas veias uma forte herança de bravura, de intrepidez, de audácia; são todas personalidades fortemente vincadas. Os *primitivos colonizadores lusos, que descendem, representam a porção mais eugênica da massa peninsular* (grifo nosso); porque, por uma lei de antropologia social, só emigram os caracteres fortes, ricos de coragem, imaginação e vontade (Idem p. 983).

Os estudos de Gobineau serviram como ferramenta para que Oliveira Vianna elaborasse sua utopia civilizatória onde a relação território (propriedade da terra) e as qualidades raciais arianas deveriam consolidar o ideal nacional. A civilização, segundo Gobineau, só prevaleceria se fosse dominada, controlada pela raça branca evitando a ameaça de negros e índios. Eliminando-os e aumentando o número de representantes dos brancos europeus, esta miscigenação propiciaria um branqueamento e um processo civilizatório sólido (PAIVA, 1978, p. 130).⁶ Oliveira Vianna transitou entre as ideias de Gobineau (mesmo que as tenha negado em trabalhos futuros) quando enfatizou a defesa de uma aristocracia branca e proprietária de terras e ao ideário racista de Lapouge, numa evidente defesa da purificação da raça, ou melhor, na preservação dos brancos no processo civilizatório. Neste sentido, Oliveira Vianna reproduziu uma cultura ibérica e territorialista, festejando o latifúndio como instrumento a serviço da qualificação da raça no Brasil.

A perspectiva do caráter autoritário nas ideias de Oliveira Vianna, além das reflexões relativas às classificações raciais, muito presente nas ciências sociais do século XIX e início do século XX, aconteceu também na concepção de Estado e nas suas responsabilidades diante da condução do processo civilizatório brasileiro.

A fonte para as discussões apresentadas na obra *“Populações Meridionais do Brasil”* vem das reflexões de Alberto Torres, republicano que se preocupou com a restauração do Estado central que fora destruído pelo federalismo imposto nos primeiros anos da república. Para Alberto Torres, a ação do Estado como órgão da nação, sendo o responsável na solução dos problemas do coletivo foi etapa importante ao projeto nacional. O Estado seria atuante, pragmático com a capacidade de se antecipar à sociedade, promovendo as intervenções necessárias para a manutenção da ordem e a organização social.

Este ideal, a partir de 1930, objetivou-se no Estado varguista e teve as reflexões de Oliveira Vianna, Francisco Campos e Azevedo Amaral como seus organizadores. Foi então o primado da União sobre a federação, do

⁶ Vanilda Paiva (1978), no artigo **Oliveira Vianna: Nacionalismo ou Racismo?** estabeleceu uma *teia* de formação das ideias racistas a partir de Oliveira Vianna. Le Bon, Lapouge e Gobineau articulavam-se em meio à utopia civilizatória proposta por Vianna.



público sobre o privado, da valorização do trabalho e do trabalhador numa articulação corporativa junto ao centro de poder estatal. Oliveira Vianna, através das reflexões de Alberto Torres, foi crítico do federalismo e da própria República afirmando, de acordo com a tradição do *conservadorismo liberal do Império*, que para o Brasil o caminho da intervenção estatal seria a alternativa para a verdadeira construção de uma sociedade liberal (CARVALHO, 2000). Retomou, ainda, as reflexões de Visconde de Uruguai quando este defendeu que a proteção do indivíduo só poderia vir do *alto*, do poder central, na figura do Estado.

Nos países nos quais ainda não estão difundidos em todas as classes da sociedade aqueles hábitos de ordem e legalidade, únicos que podem colocar as liberdades públicas fora do alcance das invasões do poder, dos caprichos da multidão e dos botes ambiciosos, e que não estão, portanto devidamente habilitados para o self-governement, *é preciso começar a introduzi-lo pouco a pouco, e sujeitar esses ensaios a uma certa tutela e certos corretivos* (URUGUAI, citado por CARVALHO, 2002, p. 491/492) (*grifo nosso*).

A partir de *Populações Meridionais do Brasil*, Oliveira Vianna elaborou um retrato do país em seu mundo agrário, descreveu o tipo brasileiro e propôs alternativa política em um projeto nacional. A tentativa de resolver a *equação* figurou na defesa do papel do Estado, na centralização do poder e como núcleo orientador da nação realizando assim uma função pedagógica ao povo. Como consultor do Ministério do Trabalho, em pleno Estado Novo, envolveu-se na produção e defesa da legislação sindical e trabalhista percebendo a importância da aproximação e orientação aos trabalhadores, principalmente verificando o papel importante do corporativismo como forma de se ensinar os caminhos de organização social aos trabalhadores.

A contraposição da influência modernista de Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda, críticos de Oliveira Vianna, entre os anos 1920 e 1930, consubstanciaram a discussão sobre a natureza do povo brasileiro e o seu futuro civilizatório. Não se poderá negar as influências da literatura de Oliveira Vianna na obra de Freyre, no cuidado de se estudar as origens das raças, o fator espaço-geográfico e os elementos de formação cultural do brasileiro. Mas as diferenças entre ambos significaram, como afirmamos, a qualificação dos debates sobre os projetos nacionais antagônicos para o Brasil. Para Oliveira Vianna, o Estado assumiu papel fundamental no processo civilizatório, já em Freyre, a questão nacional, o lugar da transformação, encontra-se na própria sociedade. O *território de investigação* de Freyre será Pernambuco. A partir de Oliveira Vianna e também Sérgio Buarque de Holanda, São Paulo representou o *locus* dos estudos sobre o tipo brasileiro. No caso de Vianna, o Bandeirante é a referência a ser discutida.

Em 1930, prevaleceu o ideário de Oliveira Vianna cujo pensamento influenciou na legitimação ideológica do Estado varguista. Venceram com ele Francisco Campos, Azevedo Amaral e Alberto Torres. O

ano de 1930 representou a presença do centro-controlador, antítese do federalismo oligárquico, tão veemente criticado por aqueles que defenderam o novo regime, dentre eles, Alberto Torres. 30 é a representação do retorno ao eixo de controle do poder ao modo Imperial. A razão de Vargas-Pedro II significou emblematicamente o desejo pela ordem, uma ordem vertical e não a de caráter democrático-liberal, do retorno da ordem ao modelo e experiência monárquica.⁷

O ponto de partida da revolução foi a efetiva opção de se modernizar o país num contexto de soluções autoritárias e políticas. Nesta perspectiva a figura de Francisco Campos destacou-se perfazendo um movimento a partir de dois caminhos: a operação na política, construindo o ideal do Estado Nacional e a reflexão diante da organização social e estatal, buscando torná-la objetiva, concreta aos olhos do regime.

Francisco Campos foi este intelectual orgânico a serviço do Estado autoritário no Brasil, sendo um *comissário* do grupo dominante da vida social e do governo político. Pensou a ordem, o Estado, justificando-o e propondo um projeto civilizatório e modernizante para o país.

Em “*O Estado Nacional, Sua Estrutura, Seu Conteúdo Ideológico*”, Campos formulou os pilares do Estado varguista, no imperativo de que o totalitarismo seria a via modernizante para a sociedade. Não há como distinguir o ideólogo do operador na política porque a trajetória de Campos confirmou este movimento – o de se pensar e se fazer ao mesmo tempo. Movimentou-se entre os anos de 1920 no parlamento e em cargos executivos tendo um papel de destaque na condução de reformas educacionais em Minas, inclusive a realização, em 1928, da II Conferência Nacional de Educação, sediada na cidade de Belo Horizonte. Nas alternativas para a sua sobrevivência política e a manutenção de seus projetos articulou-se com Capanema numa aliança que levou a ambos ao Distrito Federal.⁸

A conjuntura internacional, entre os anos 1920 e 1930, já sinalizava que o movimento totalitário europeu traria influências para o restante do mundo, sendo que a América Latina não ficou de fora deste espectro. Em 1921, o fascismo ascendia na Itália; ao final dos anos 20, o tema antiliberal já conquistara adeptos na Alemanha, numa defesa de uma sociedade em permanente movimento, numa *democracia direta*, plebiscitária e em regiões ainda marcadas pelas crises da primeira guerra mundial e pelo atraso dos processos de modernização capitalista. O quadro internacional propiciou o fortalecimento no Brasil do pensamento conservador-autoritário.

⁷ No Prefácio de **O Quinto Século**: André Rebouças e a Construção do Brasil, de Maria Alice R. de Carvalho, Werneck Vianna abordou a crítica que setores da elite brasileira realizavam sobre a hipertrofia ao Estado brasileiro e seu patrimonialismo, dando-lhes a responsabilidade pelo atraso do país. (CARVALHO, Ma, 1998, p. 80).

⁸ Em **Tempos de Capanema**, Shwartzman e outros (2000), discutem a presença de Francisco Campos e sua trajetória política concomitante a de Gustavo Capanema e de outros mineiros que se destacarão não só na política, mas na cultura e na literatura, tais como Carlos Drummond de Andrade (por vezes, secretário no Ministério da Educação de Capanema), na aproximação com os modernistas e o governo Vargas.

Francisco Campos pensou o país a partir de Minas Gerais em vários aspectos, seja na preocupação permanente em nutrir suas bases políticas e eleitorais, garantindo-lhe fôlego para o duro jogo de manutenção de poder no Distrito Federal, seja em compreender uma modernização que não mexesse na questão do latifúndio – elemento que não foi considerado por Vargas no Estado Novo. Seu projeto não se encaixou na lógica mercantil e liberal de São Paulo, pois o moderno em Campos não é liberal, vem *pelo alto*.

A Constituição de 1937, de caráter antiliberal, manteve o exclusivo agrário intocável e o efetivo controle urbano, este sim, a preocupação em manter anexado ao Estado o movimento operário e os trabalhadores da cidade, por isso a legislação trabalhista tratará sobre o trabalhador urbano. Em sua obra '*O Estado Nacional*' Campos estabeleceu, através da lógica fascista, os referenciais doutrinários para o Estado brasileiro. O sentido de *massa social* colada ao Estado apontou para um dos fundamentos do fascismo: massa e Estado em um só corpo significando o ápice do regime totalitário. A *massa*, em constante movimento unificado e totalizante, na convergência aos interesses nacionais movimentou o Estado, este, o guardador da herança histórica do país. O fim dos antagonismos, das discórdias e oposições sintetizou a relação de *massa social - Estado*:

“Não é possível nenhuma integração política total enquanto o homem, definido por si mesmo como animal racional, conservar e defender, como vem fazendo com crescente veemência, o seu patrimônio hereditário.” (CAMPOS, 2001, p. 37).

A *massa* diferenciava-se do conceito de sociedade civil porque a inspiração fascista era antiliberal e anti-socialista. Se a sociedade civil⁹ caracteriza-se em parte de elementos autônomos ao Estado, a *massa social*, na perspectiva totalitária, é uma linha de extensão, corrente integrada ao Estado. Por isso, a política converte-se numa *teologia*, em *instrumentos espirituais de integração* como afirmou Francisco Campos, onde nem a razão e nem o interesse são princípios totais do regime.

O fechamento deste círculo autoritário, no complemento desta sequência *massa – Estado - irracionalidade*, manifestava-se no *César*, no mito da liderança, este sim, imbuído do desejo nacional, guardador da herança majestosa do passado, condutor da civilização. O regime político era a ditadura, considerou Francisco Campos, onde a retroalimentação deste regime seriam os mecanismos plebiscitários, o voto de aclamação aos interesses nacionais convergidos ao soberano.

Assim, a *vontade* da *massa* seria a melhor maneira da construção da política mantendo-a em permanente estado de excitação contra o inimigo comum – os liberais, comunistas e socialistas, o regime democrático e os seus desvios: eleições, promoção das discórdias a partir de ideias diferentes, instituições descoladas do interesse nacional etc.

⁹ Entende-se o conceito de sociedade civil a partir das reflexões de Gramsci, “*chamados comumente como um conjunto de organismos de privados*” (GRAMSCI, 1988, p. 10).

Para Francisco Campos, a revolução de 1930 completou-se em 1937 vendo neste ciclo a recuperação do Estado numa nostalgia aparente do Império. O princípio da autoridade centrado no César não se expressaria somente na relação Estado-massa, mas também na forma de governo, nas ações orgânicas entre os poderes. Assim, defendeu a sobreposição do executivo ao legislativo, afirmando que

A iniciativa da legislação cabe hoje, em todo o mundo, ao poder executivo. Não é este um caso de usurpação de poderes, nem essa situação existe em virtude de atos de violência. O Estado marcha para a legislação pelo executivo como o sol para a constelação de Hércules (CAMPOS, 2001, p. 99).

Vê-se que as relações internas do Estado Novo atendiam ao projeto autoritário de Campos e de nítido caráter fascista: anular as instituições autônomas, enfrentar os partidos políticos submetendo-os ao soberano. Abandonava-se de vez o princípio da tripartição do poder de Montesquieu, numa evidente defesa à sobreposição do executivo aos outros poderes.

Se Oliveira Vianna e Francisco Campos articulavam-se entre a reflexão e a operação política, Azevedo Amaral pensou a realidade nacional mantendo alguns princípios oriundos daqueles quadros do Estado Novo. A tríade de intelectuais teve como referência comum o ideário de Alberto Torres na concordância do papel estratégico do Estado-Nação responsável pela condução, orientação do processo civilizatório brasileiro.

Na introdução de “*O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*”, Azevedo Amaral defendeu a sua própria atuação no *encadeamento de estudos sociológicos* afirmando a linha de coerência entre as suas últimas publicações¹⁰. O elogio ao marco do Estado Novo não se limitava a defendê-lo, mas sinalizava os desvios, propondo correções na trajetória, principalmente quando chama a atenção aos defeitos da democracia liberal.

A crítica sobre o início de implantação do regime a partir de 1937 não mexeu e deixou intocável o ideal do Estado Novo. Azevedo Amaral então promoveu o regime, orientou a elementos para a consolidação do mesmo, confirma-o como etapa conquistada pela sociedade brasileira. Metodologicamente, Azevedo Amaral deteve-se nos primeiros capítulos de sua obra em auxiliar o percurso brasileiro até a culminância do Estado Novo. Discutiu as conjunturas históricas considerando que a construção nacional passava pelo equívoco das elites sem expressão e que dominaram a organização do Estado brasileiro.

A experiência colonial portuguesa, segundo o autor, seria um dos fatores de impedimento ao desenvolvimento da política e a fragilização das instituições brasileiras. No relato deste percurso, Azevedo Amaral lamentava o distanciamento da economia em relação ao Estado, das elites envolvidas com a economia nacional. O lamento está na incompreensão destas elites a

¹⁰ **Ensaio Brasileiro**, 1930; **O Brasil na Crise Atual**, 1934; **A Aventura Política do Brasil**, 1935; **Renovação Nacional**, 1936.

encararem a autoridade pública como *força permanente contrária aos legítimos interesses* (AMARAL, 1938).

No pensamento de Azevedo Amaral o mestiço significava uma anomalia que caracterizou a evolução política do Brasil, onde o parasitismo foi o mecanismo deste atraso. Neste caso, Azevedo Amaral esteve mais próximo de Oliveira Vianna quando este também assumira a classificação das raças e a tendência eugênica de branqueamento da sociedade brasileira. A crítica à classe de mestiços em relação ao Estado estava principalmente na gravitação em torno dele, ascendendo aos empregos públicos ou aos cargos subalternos, mas que interferiam no desenvolvimento da sociedade.

Azevedo Amaral estudou a sociedade brasileira a partir do Estado, pelas suas relações internas que se estabelecem no processo recorrente da sociedade. A análise da chegada e saída da Corte no Brasil foi emblemática neste sentido. Para Azevedo, com a vinda da família real em 1808, as oportunidades de ascensão social ocorreram com os membros do grupo parasitário característico pelo seu descomprometimento com a economia colonial, incrustada no Estado, ampliou sua margem de atuação a partir de 1808. Com o regresso da Corte em 1821, este grupo parasitário assume papel relevante no *drama* nacional. Cabe ressaltar o reconhecimento de Azevedo Amaral (1938, p. 29) com este *grupo parasitário* que continham *homens inteligentes e cultos*.

Sua crítica à intelectualidade liberal do segundo reinado já apontava a rejeição para o modelo liberal-democrático que analisou a partir do Estado Novo. Os *genuínos expoentes do espírito demagógico* não se envolviam com a realidade nacional. Neste sentido, Azevedo Amaral realizou uma retaliação às ideias exóticas, oriundas da Europa, principalmente a partir das experiências políticas da França e Inglaterra. O exotismo na aplicação deste ideário europeu no Brasil significou parte do *drama* de formação política da sociedade e do Estado. Critica o exotismo, porém, vê na experiência americana a mais realística e menos nociva à ordem republicana (AMARAL, 1938).

O advento republicano foi saudado a partir da constatação de que a monarquia deparava-se entre dois campos, a mestiçaria parasitária e a intelectualidade divorciada da realidade. O progresso da república estaria na construção de uma ordem política que aproximasse o Estado da realidade nacional. Azevedo Amaral chamou a atenção para o que foi o início da república transformando-se em grave problema a questão da autonomia dos estados como mecanismo que deveria ser rediscutido. Citou a figura de Julio de Castilhos, *o maior estadista da geração que fundou a primeira república*, que vislumbrou um verdadeiro e realista federalismo para o país e, sendo assim, critica o sistema descentralizado.

O que fora benéfico em 1891 não viesse a tornar-se elemento ameaçador à unidade nacional, justificando a reação contra os excessos de autonomia, que surgiu no fim da primeira república e foi um dos traços característicos do espírito revolucionário de 1930 (AMARAL, 1938, p. 38).

Para o autor de “*O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*”, a república seria a redenção do realismo nacional, a aproximação da política com a economia, o Estado conciliado à Nação, onde o exotismo externo pouco contribuiria para a formação nacional. Mais ainda, a revolução de 1930 ocasionaria a correção dos equívocos históricos da monarquia em sua natureza de desajustes das elites políticas à economia e a descentralização equivocada da primeira república. Mesmo realizando críticas pontuais aos primeiros passos da revolução, assumiu uma aceitação tácita e inquestionável sobre os acontecimentos de 30. Analisa as incertezas iniciais do regime, critica a incapacidade para converter a vitória em ponto de partida de uma reconstrução nacional. O autor ornamenta e instrumentaliza o caminho da lógica autoritária estadonovista pensado por Oliveira Vianna e Francisco Campos.

Ao discorrer sobre a Carta de 37, Azevedo Amaral (1938, p.134) valoriza a qualidade realística e doutrinária da peça jurídica fazendo com que o Estado Novo realizasse integralmente o seu projeto de modernização da sociedade brasileira. Azevedo Amaral realiza a defesa do Estado Novo descaracterizando-o como fascista. Seus argumentos apontam para se dissociar o caráter fascista e totalitário do conceito de autoritarismo. O Estado Novo não é fascista, é autoritário pela própria natureza do Estado. O caráter do totalitarismo, diferentemente do ideal estadonovista, consistiria em eliminar a *realidade irreduzível representada pela personalidade humana* (AMARAL, 1938, p.151/185).¹¹

Junto à negação da aproximação do fascismo ao Estado Novo, Azevedo Amaral enfatizou a sua descrença na democracia liberal chamando a atenção da experiência francesa, onde a sua revolução desvirtuou-se e corrompeu-se neste regime. Concentrou ainda as suas críticas aos *defeitos* ou perversões do liberalismo dos quais caberia ao Estado Novo corrigi-los: a eleição direta, temporalidade de mandatos, limites na autoridade executiva, divisão dos poderes etc.

Fascismo e liberalismo, elementos exóticos ao modelo vitorioso de 1930, consolidado juridicamente em 1937, excluía-se de uma complementaridade existente no regime varguista, onde democracia e nacionalismo, fundamentos da relação entre a sociedade e o Estado (coletividade e a organização estatal) justificavam a arquitetura corporativista do regime, invocando a harmonia entre o capital e o trabalho.

Azevedo Amaral elaborou e justificou um projeto de modernização “*pelo alto*” para que o país alcançasse a industrialização através do Estado Novo. Se o tema da classificação racial e a sua hierarquia aproximam-no de Oliveira Vianna, Azevedo Amaral avançou na defesa republicana o que, ao contrário do autor de *Populações Meridionais do Brasil* pensou e remeteu-se

¹¹ “No Estado autoritário, as vontades coletivas sobrepõem-se às do indivíduo. Ao Estado Novo, corroborando na Carta de 37, caberia obrigar apenas o cidadão a entregar-se à coletividade”. Realmente, não há liberalismo nas ideias de Azevedo Amaral. O Brasil seria um regime próprio, sem a influência do exotismo fascista. A carta de 37 repõe a autoridade do Estado, define o seu papel de governo autoritário porque esta é a natureza do poder estatal.

permanentemente ao Império. Aproximou-se de Francisco Campos na objetiva defesa do Estado Novo, qualificando o debate favorável ao regime e ao processo civilizatório e na formação do povo brasileiro.

Entre Oliveira Vianna e Francisco Campos encontraremos os princípios da lógica autoritária como elemento justificador do Estado-Nação e dos rumos que a República brasileira deveria orientar-se. No pensamento de Oliveira Vianna, de *Populações Meridionais do Brasil*, interpretou-se o país a partir da relação entre espaço-físico, aspectos da formação racial e as perspectivas de condução nacional pelo centro de poder do Estado. Já em Francisco Campos, a reflexão de uma filosofia política a serviço de um Estado forte, agregador do ideal nacional na convergência das vontades totais do povo conformando o corpo ideológico e justificador de um núcleo de poder autoritário.

Ambos são vitoriosos com a revolução de 1930 articulando-se como intelectuais de um regime que perdurou por um longo tempo. O ideal autoritário revelou-se também no pensamento de Azevedo Amaral, este com intenções de fazer com que o Estado Novo se viabilizasse, na defesa da Carta de 1937 e na garantia de que a partir dela o país retomasse seu projeto civilizatório. A tríade de intelectuais constituiu-se entre a formulação justificadora do regime e a operação política do mesmo. Este ideal autoritário esteve presente para além do governo de Vargas. Inaugurou-se em 1930, consolidou-se em 1937, ampliando-se até 1945, retornando em 1964 e permanecendo institucionalmente até 1985.

No campo educacional o pensamento autoritário fez-se presente com objetivos comuns ao projeto civilizatório idealizado pelo Estado Novo, buscando o ideal de se sistematizar a cultura e a educação no país, oferecendo-lhes um ordenamento nacional.

Gustavo Capanema, como ministro da Educação e Saúde entre os anos de 1934-1945, estabeleceu um movimento político entre o conservadorismo político do Estado Novo, chamando para si as forças sociais aglutinadoras ao apoio a Vargas e o ambiente modernizante contido no próprio governo, seja nos investimentos industriais, ou na arregimentação de intelectuais do mundo da cultura brasileira, nas artes, literatura, música, etc. A geração de Capanema, *os intelectuais da Rua Bahia*¹², dentre eles, Mário Casassanta, Abgar Renault, Pedro Aleixo, Carlos Drummond de Andrade, Milton Campos, João Pinheiro Filho, Pedro Nava e muitos outros, formaram uma rede de sustentação política e cultural.

A indicação de Capanema para o Ministério da Educação e Saúde do governo Vargas, concluiu um ciclo de negociações sobre a transição do poder regional mineiro na sucessão de Olegário Maciel, falecido em pleno mandato e a nomeação da Interventoria por Benedito Valadares. A partir de 1934, Capanema assumiu o Ministério da Educação e Saúde como consolação

¹² Este termo foi trabalhado por SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria Bousquet e COSTA, Vanda Maria Ribeiro, In: **Tempos de Capanema** (2000), para identificarem um grupo de jovens mineiros, dentre poetas, escritores e futuros políticos, que se encontravam, na década de 1920, na cidade de Belo Horizonte.

por não ter sido nomeado interventor em Minas Gerais, mas a confirmação de seu nome no executivo federal contou com o apoio tácito de setores da Igreja Católica e principalmente de Alceu de Amoroso Lima.

O apoio a Capanema exprimiu a preocupação dos católicos com os princípios republicanos e uma possível ascensão do ideário liberal e positivista no governo, além da firme posição às bandeiras educacionais escolanovistas, críticas ao ensino religioso obrigatório. Considerando sua experiência oriunda da política mineira, Capanema percebeu prontamente que a consolidação do projeto de 1930 passaria pela ampla propagação cultural das ideias de Vargas e que a educação, pela organização nacional e o controle centralizado deste processo, potencializaria a presença do regime em todo o território brasileiro.

Entre católicos, renovadores da educação, intelectuais modernistas e a utopia tenentista, Capanema não perdeu o eixo de equilíbrio, mas variando as suas ações de acordo com as circunstâncias, seja no interior do Estado, seja no âmbito da sociedade. A ideia de homogeneizar a população num espírito nacional a partir da ideologia do Estado Novo foi o objetivo perseguido por este intelectual forjado pelo regime.

O advento da Segunda Guerra, o fantasma da Revolução de 1917 e as correntes ideológicas do liberalismo político (confundindo uma ética/moral liberal anticristã), fundamentaram o pensamento de Capanema, responsável em chamar de *ideias perigosas* que poderiam influenciar negativamente a cultura nacional. Estas *ideias perigosas* estabelecem uma crise ao conceito de divindade, tão importante para o mundo cristão-católico:

Estou me referindo à ideia que o homem conquistou de divindade, ideia de eternidade, ideia de um poder supremo, acima da contingência, esta ideia de imortalidade. Estou falando é de uma conquista fundamental do espírito humano, que entrou em crise, vai se arruinando e contou com o inimigo invisível. (CAPANEMA, 1943, fot. 714/718).

Ao identificar que a inteligência e a cultura estavam em crise, defendeu ao mesmo tempo o Estado, a Igreja e o projeto autoritário de Vargas. Sua crítica veemente direcionava-se a cultura, aos valores mitológicos, como as ciências modernas entraram, de forma sistemática, na destruição sobre a ideia de Deus: “Pode o homem encontrar tranquilidade no efêmero, no transitório?” (CAPANEMA, 1943, FOT. 714/718). O pensamento conservador de Capanema adaptou-se com firmeza a composição do Estado Vargasista – síntese da oposição a qualquer mensagem anticristã seja num liberalismo sem Deus ou num comunismo de ideologias perigosas. A inspiração fascista e totalitária esteve presente na recomendação de Capanema na *mobilização das massas*:

Necessidade de mobilizar, para a cultura das massas, todos os instrumentos educativos, estranhos à escola, e hoje em dia tão numerosos e eficientes. A lei da Educação poderá ter aí um de seus capítulos mais belos. (CAPANEMA, 1945, fot. 336/339).

O homem destemido, porém dócil nunca um covarde, mas, pela coragem, defensor da pátria:

Os tíbios são os grandes estorvos da Pátria. Neles não vibra nenhuma grande vocação. Diante dos acontecimentos, diante dos perigos ou das esperanças, permanecem indecisos, neutros indiferentes. Deles não virá também jamais nenhum prescrito para os homens. (CAPANEMA, 1945, fot. 336/339).

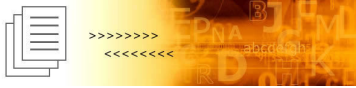
A construção do Estado autoritário em Vargas teve efetiva associação com intelectuais mobilizados na justificativa ao regime. A solução autoritária passou pela formulação deste ideário a partir de três vertentes por áreas – pilares desta concepção. No âmbito da cultura jurídica e institucionalização do regime, Francisco Campos. Na reflexão sociológica e econômica, Azevedo Amaral, na leitura conservadora – religiosa, o pensamento católico de Jackson de Figueiredo. (VELLOSO, 2003, p. 48).

Para este conjunto de intelectuais orgânicos, ficou a responsabilidade de serem os propagandistas do regime¹³, promovendo o ideário de um nacionalismo articulado e concentrado no Estado. O núcleo de poder varguista redirecionou a função do intelectual, antes, formatado pela Academia Brasileira de Letras, isolado em sua produção literária, alheio às ocorrências da política real. O regime reverteu esta imagem, propondo um intelectual a favor do pensamento nacionalista, atuante na política e envolvido nos grandes temas do país e dos problemas nacionais.

A síntese deste novo intelectual que combinava os compromissos com o nacionalismo e o moderno e ainda o seu engajamento político esteve na figura de seu principal líder: Getúlio Vargas. Ao intelectual liberal restariam dois caminhos: ou buscar a sua aproximação com o projeto do Estado Novo, assumindo o seu compromisso patriótico e nacionalista, ou tornar-se um inimigo do regime, mantendo-se fiel às ideias estrangeiras, como o liberalismo, ideologia importada, adversária do *verdadeiro* nacionalismo. A presença do pensamento autoritário e a articulação de seus intelectuais seguem um longo caminho e ainda está presente na educação e na política nacional, marcando profundamente as instituições sociais.

O impasse da democracia no país demonstrou-se a partir de suas matrizes calcadas no pensamento autoritário, onde o ideal de se *conservar mudando* vem caracterizando a experiência republicana brasileira. Os princípios deste autoritarismo como ideologia estão presentes, ainda hoje, nos aspectos da gestão da Educação, da Escola Pública, nas relações entre Estado e Sociedade, entre autoridade e participação. Somos herdeiros de um

¹³ Acrescento aqui a figura de Gustavo Capanema, já analisada, que foi um *intelectual orgânico* do Estado responsável em promover a cultura erudita e a educação formal. Agregam-se ao projeto, dentre muitos, no Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP – Cassiano Ricardo, Menotti Del Pichia e Cândido Motta Filho, “esses conhecidos pelo pensamento centrista e autoritário, que viria a imprimir um rígido controle nos meios de comunicação”. (VELLOSO, 2003, p. 151/152).



legado cultural e político que ignorou o respeito ao pensamento diferente ao emanado do poder constituído, do entendimento de que o *jogo* democrático impediria a consolidação de um regime de participação social, para que a *massa amorfa e dependente* fosse conduzida eternamente pelo Cesar, manifestado no líder ou no próprio Estado.

Referências bibliográficas

AMARAL, Antonio Azevedo. **O estado autoritário e a realidade nacional**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938.

CAMPOS, Francisco. **O estado nacional**. Brasília: Senado Federal - Coleção Biblioteca Básica Brasileira, 2001.

CAPANEMA, Gustavo. **Arquivo CPDOC – Fundação Getúlio Vargas**. Rio de Janeiro, (1943 – Fot. 714/718), (1945 – Fot. 336/339).

CARVALHO, José Murilo de. Texto introdutório de populações meridionais do Brasil. In: SANTIAGO, Silviano. **Intérpretes do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S.A., Volume I, 2000.

_____. (Org.) **Paulino José Soares de Souza, Visconde de Uruguai**. São Paulo: Editora 34, 2002.

CARVALHO, Maria Alice. **Casa Grande & Senzala e o pensamento social brasileiro**. Rio de Janeiro: UCAM/IUPERJ, 2002.

_____. **O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Revan/IUPERJ, 1998.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Os Intelectuais e a organização da cultura**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

PAIVA, Vanilda. Oliveira Vianna: nacionalismo ou racismo? **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 127-156, 1978.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. (Orgs.). **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

TORRES, Alberto. **A organização nacional**. Brasília: Ed. UnB/São Paulo: Editora Nacional, 1982.



VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Coleção Intérpretes do Brasil. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000.

VIANNA, Luiz Werneck. **A revolução passiva**: iberismo e americanismo no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1997.

VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do estado novo. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. (Orgs.). **O Brasil republicano**: do início da década de 1930 ao apogeu do estado novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida. (orgs.). **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v1.

Enviado em: 24/08/2010

Aceito em: 23/08/2011